

A crise na segurança pública no Brasil

TEXTO: FERNANDO SALLA*

O ano de 2006 vai ficar gravado na História do Brasil como o ano que apresentou a maior crise no sistema de segurança pública, que atingiu em especial o Estado de São Paulo, o mais importante do país. Essa crise teve três capítulos até o momento. O primeiro deles, de 12 a 19 de maio; o segundo, de 11 a 17 de julho; e o terceiro, de 7 a 13 de agosto. O sistema penitenciário foi abalado por rebeliões, mas foram as ações fora do sistema que mais impressionaram: policiais e agentes penitenciários foram mortos, prédios públicos, como por exemplo bases de policiamento comunitário, delegacias, fóruns e também instituições privadas, como agências bancárias, supermercados, casas comerciais, foram alvos de bombas, granadas, coquetéis incendiários e tiros. Mais de duas cente-



Ônibus incendiados pelo PCC em São Paulo

nas de ônibus foram incendiados. Uma equipe de reportagem da principal rede de TV do país foi seqüestrada.

Esses atentados, que utilizaram táticas terroristas, foram ordenados por um grupo criminoso de dentro das prisões do Estado de São Paulo, conhecido como PCC (Primeiro Comando da Capital). Ele se formou

por volta de 1993 no interior do sistema penitenciário e conseguiu, ao longo destes anos, um grande controle sobre boa parte da massa carcerária e sobre muitas atividades criminosas em diversas cidades do Estado.

As raízes do crescimento da criminalidade em geral e do fortalecimento desse grupo em particular são

Terror in São Paulo schockiert Brazilianer

Seit drei Monaten führt das organisierte Verbrechen vor allem in der Stadt São Paulo Krieg gegen den Staat. Herausgefordert wird die Regierung von der Drogenmafia PCC (Primeiro Comando da Capital – Erstes Hauptstadtkommando), die als brutalste Verbrecherorganisation Brasiliens gilt. Es ist ein blutiger Konflikt, der an Horrorszene aus apokalyptischen Spielfilmen erinnert: Sprengsätze auf Polizeireviere, Bomben auf Banken und Gerichte, ausgebrannte Nahverkehrsbusse und Streifenwagen, exekutierte Staatsdiener. Seit Mai kamen bei über 1000 Anschlägen mehr als 180 Menschen ums Leben. Die meisten Opfer waren Polizisten.

Der Soziologe Fernando Salla, Gewaltforscher an der Universität São Paulo, sieht als Gründe der terroristisch geführten Anschläge u.a. die tiefe soziale Ungerechtigkeit und die damit verbundene Aussichtslosigkeit von Millionen von Jugendlichen, die fehlende Integration der verschiedenen (rückständigen) Institutionen der Justiz, die Mißachtung des Strafvollzugsgesetzes durch den Staat, was zu unmenschlichen Bedingungen in den Gefängnissen führt, sowie schlechte Bezahlung und Korruption bei der Polizei.

„Der Staat zerfällt und produziert Gewalt“ – sagen bereits kritische Stimmen in Brasilien. Salla plädiert in seinem Artikel für einen intensiven Dialog und eine bessere Zusammenarbeit zwischen Regierung und Organisationen der brasilianischen Zivilgesellschaft, um das Problem der öffentlichen Sicherheit in den Griff zu bekommen.

muitas: um ambiente social de profunda desigualdade social, que cerceia as oportunidades de vida digna principalmente para milhões de jovens pobres; um sistema de Justiça criminal (polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e sistema penitenciário) que atua sem integração entre suas instituições e é incapaz de se modernizar efetivamente para atender às necessidades da sociedade; o desconcertante descumprimento da Lei de Execução Penal por parte do Estado, que acaba submetendo milhares de presos a condições subumanas de encarceramento; níveis insatisfatórios do trabalho policial, corrupção, impunidade dos agentes públicos (policiais e agentes penitenciários principalmente), que se ligam às atividades criminosas do PCC ou permitem a sua operação (viabilizando fugas, entrada de celulares nas prisões, acobertando crimes, cedendo armas para bandidos etc.), são outros aspectos essenciais para se compreender a forte presença do crime organizado na sociedade.

Algumas das principais reivindicações desse grupo criminoso estão associadas à redução das péssimas condições de encarceramento impostas aos presos, que infelizmente passam despercebidas da maior parte da população. Mas há reivindicações desse grupo que são mais corporativas e dizem respeito ao abrandamento das condições rígidas de encarceramento a que são submetidos seus líderes, em unidades prisionais de segurança máxima, nas quais são reduzidas as chances de fuga, entrada de celulares e onde as visitas e banhos de sol são bastante controlados.

A crise ganhou cores mais acentuadas por conta do processo eleitoral em 2006. Apesar do debate público que vem provocando, a área de segurança pública no Brasil é considerada politicamente desgastante pelas autoridades, que evitam mantê-la como centro de suas preocupações. Há uma disputa entre as autoridades federais e estaduais sobre as razões e os métodos mais adequados de enfrentamento da crise. No entanto, não foram feitas reformas legislati-



vas em decorrência da crise e poucas foram as iniciativas de políticas públicas mais consistentes para o enfrentamento da criminalidade organizada.

Um dos efeitos mais danosos da crise na área da segurança pública é ter aumentado a sensação de insegurança na população brasileira. Pesquisa produzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e pelo IBOPE (divulgada em 29/08/2006) mostrou que 26% da população de São Paulo alteraram sua rotina de vida em função dos ataques do PCC. Mas, o mais curioso é que em todas as regiões do Brasil essas porcentagens (que variavam de 19 a 28%) praticamente se repetiram, ainda que os ataques tenham ocorrido quase que exclusivamente no Estado de São Paulo. Ou seja, o medo se alastrou por diversos Estados brasileiros, talvez como efeito muito mais da divulgação dos acontecimentos pela

mídia do que em função das reais condições de insegurança urbana nas cidades.

É evidente que esses ataques interferem também no fluxo de pessoas que visitam o Brasil para negócios, lazer ou atividades culturais. O Brasil tem no turismo uma importante fonte de ganhos – em 2005, o faturamento do setor foi de US\$ 3,8 bilhões. As notícias que circulam pelo mundo sobre o Brasil ocorrem em momentos agudos das crises e também provocam medo e insegurança em pessoas que buscam o país para o turismo nas suas diversas modalidades. Porém, o que prevalece mais é a desinformação sobre as reais condições de segurança do país, uma vez que a maior parte das cidades não viveu qualquer tipo de ataque de estilo terrorista e não apresenta riscos efetivos para a segurança pessoal.

De qualquer forma, a questão da segurança pública é muito complexa para ficar restrita aos órgãos governamentais. No entanto, apesar de haver no Brasil inúmeras organizações da sociedade civil que atuam na área de segurança pública (como a Pastoral Carcerária), lamentavelmente elas não são chamadas a participar diretamente do processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

A desarticulação dos órgãos que atuam na área de segurança pública e o pouco diálogo das esferas governamentais com a sociedade civil indicam que há muito por fazer para superar a crise nesse setor no Brasil. ■

Sobre o autor

Fernando Salla, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência. Autor do livro *As Prisões em São Paulo (1822-1940)*. Atualmente coordena o projeto "Construção das Políticas de Segurança Pública e o Sentido da Punição, São Paulo 1822-2000", desenvolvido no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

O **Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo** existe há quase vinte anos. Sua agenda de pesquisa é fortemente motivada pelo desafio de desenvolver políticas públicas garantidoras dos direitos humanos no Brasil. Além da área de pesquisa, o Núcleo desenvolve a difusão de conhecimentos por meio de cursos, ensino à distância e coopera intensamente com as autoridades que atuam na segurança pública, e também com as organizações da sociedade civil.